

Artigos

Fazendo cercas: notas sobre processos de criação de pequenos lotes em Urucuia, MG

Luzimar Paulo Pereira*

Resumo

Em Urucuia, norte de Minas Gerais, lotes e loteamentos são construídos sobre áreas de antigas fazendas ou sítios. Em geral, as parcelas de terra criadas a partir do fracionamento de uma propriedade original ocupam regiões limítrofes entre as zonas urbanas e rurais do município. A delimitação dos lotes, de fato, é uma das condições necessárias para que o poder público municipal reclassifique a área onde eles se encontram. Neste artigo, procuro discutir, a partir de material etnográfico recolhido entre os anos de 2013 e 2014, alguns dos aspectos mais importantes dos processos de urbanização em Urucuia. Em especial, quero destacar as atividades referentes à produção das cercas que envolvem os terrenos loteados e os arames utilizados para os cercamentos das terras. Além de delimitar fisicamente uma propriedade privada, restringindo a circulação entre seu interior e exterior, elas estabelecem limites simbólicos responsáveis por classificar e reclassificar lugares, pessoas, animais, plantas e coisas. Neste sentido, as cercas desempenham papel central nos processos locais de criação e recriação de espaços rurais e urbanos.

Palavras-chave

Espaço. Arquitetura. Urbanização.

Abstract

In Urucuia, in the north of Minas Gerais state, lots are built on areas of old farms. In general, portions of land created from the fractioning of an original property occupy bordering regions between the urban and rural areas of the municipality. The delimitation of the lots is one of the conditions for the municipal public power to reclassify the area where they are. In this article, I intend to discuss, based on ethnographic material collected between 2013 and 2014,

* Doutor em Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor e pesquisador do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: mazinhop@gmail.com.

some of the most important aspects of the urbanization processes in Urucuia. I especially want to highlight the activities related to the production of fences that surround the properties and the barbwires used for the enclosures the lands. Besides physically delimiting private properties, restricting the circulation between the indoors and the outdoors, they establish symbolic limits responsible for classifying and reclassifying places, people, animals, plants and things. In this sense, the fences highlight the material dimension of the local processes of creation and recreation of urban spaces.

Keywords

Space. Architecture. Urbanization.

Introdução

Na sede municipal de Urucuia, norte de Minas Gerais, a criação de “lotes” e “loteamentos” é um dos sinais mais evidentes dos processos de expansão do perímetro urbano. Ao andar pela cidade, um observador atento não deixará de notar a existência de inúmeros terrenos fechados por muros ou cercas de arame, muitas vezes contando em seu interior com fundações de uma futura moradia ou pequenas plantações de milho ou mandioca. Nas fronteiras entre a “rua” e a “roça”, a presença de lotes e loteamentos ainda é mais ostensiva. Delimitados em áreas de antigos sítios ou fazendas, os terrenos são percebidos pelos habitantes do município como indícios de cidade em lugares outrora concebidos como rurais. Materializando expectativas individuais e familiares por moradia ou negócio, os lotes e loteamentos anunciam uma espécie de devir cidadão. A delimitação dos terrenos e a presença de moradores são condições necessárias para que o próprio poder público municipal reclassifique a área onde eles estão localizados.

Neste artigo, procuro compreender alguns aspectos dos processos de produção de espaços urbanos em Urucuia, tendo como eixo descritivo e analítico os esforços empreendidos pelos seus moradores para comprar, consolidar e manter um lote de terra. Em especial, quero destacar as atividades referentes à construção das cercas que envolvem o terreno loteado, a partir de um caso que pude acompanhar de perto¹. Os estudos

¹ Parte do material etnográfico utilizado neste texto foi recolhido em duas viagens de campo a Urucuia, realizadas entre 2013 e 2014.

sobre cercamentos de arame não são muito comuns nas ciências sociais e humanas. A ênfase dos trabalhos realizados é notadamente histórica, versando sobre as origens do artefato, seus usos em processos de colonização, guerra e aprisionamento (RAZAC, 2002; KRELL, 2002; NETZ, 2009). Na literatura sobre o mundo rural brasileiro, existem algumas referências à introdução de cercas de arame farpado no campo, tendo em vista as necessidades de se aprisionar os rebanhos bovinos, outrora criados “soltos” (MAGALHÃES, 1998 ; LEAL, 2014). Em outros trabalhos, os cercamentos de grandes propriedades rurais também são interpretados como instrumentos poderosos em disputas fundiárias no país (HEREDIA, 1979; WOORTMANN, 1981; ANDRIOLLI, 2012).

Meu enfoque neste artigo será etnográfico, como um esforço no sentido de elaborar certo conhecimento sobre o que denominamos “processo de urbanização” a partir da maneira como os próprios urucuianos percebem e entendem o cercamento de lotes criados nas áreas rurais do município. A construção da cerca será tratada como uma atividade sociotécnica que atravessa, senão embaralha, distinções canônicas ocidentais, tais como material e abstrato, prático ou simbólico (LATOURET, 1991). Sua edificação é uma verdadeira produção de lugares. Segundo Michel de Certeau (1998), um lugar é ordenado de acordo com a distribuição de certos elementos em relação de coexistência; é uma configuração instantânea e precariamente estabilizada de posições. Ao ser edificada, uma cerca articula pessoas, animais, plantas e coisas. Ao articulá-los, produz os lugares, destacando a dimensão processual da criação e recriação de uma certa urbanidade².

O filósofo Olivier Razac (2002), um dos pioneiros nas pesquisas sobre o tema dos cercamentos de arame, argumenta que uma cerca – especialmente a de arame farpado – é uma ferramenta cujo propósito é o de preencher a necessidade de se delimitar espaços. O agricultor fecha sua terra, por exemplo, para se prevenir de intrusões de animais selvagens ou domésticos, além de ladrões ou outros invasores. Ao serem edificadas, as cercas seriam responsáveis por criar dois lugares polarizados: um exterior ameaçador e um interior protegido. Elas anunciariam (constituíam), então, uma propriedade particular ou o *status* particular de um lugar fechado, ao mesmo

² Para Agier (DAMASCENO et al, 2012), a “cidade” deve ser entendida como um processo. O espaço urbano “nunca é”, mas está sempre sendo “feito”. As formulações de Agier ecoam as ideias de que o “rural” também é um artefato cultural. Os conceitos de “cidade” e “campo” emergiriam, então, como construções sociais, categorias criadas uma em relação à outra e sujeitas a disputas no interior de determinados contextos históricos, sociais, políticos e culturais (CARNEIRO, 1998).

tempo em que teriam a capacidade de afugentar invasores. Segundo Razac, a edificação de cercamentos anuncia um verdadeiro ato político. “Uma vez que protege, tranquiliza as pessoas que ocupam seu interior. A inclusão é, portanto, um ato político, porque marca as fronteiras da propriedade privada, auxilia na gestão efetiva da terra e torna as distinções sociais concretas” (RAZAC, 2002, p. 73)³.

A delimitação física de uma propriedade privada, restringindo a circulação entre interior e exterior, é, portanto, também o estabelecimento de fronteiras materiais e simbólicas responsáveis por classificar e reclassificar lugares e pessoas. A cerca, como texto ou sistema de linguagem, poderia ter seu significado interpretado através de sua orientação, forma, materiais, processos de construção e outros detalhes, além de estar em relação com uma ecologia, uma fisiologia e uma sociologia nativas (BLIER, 1994). No limite, poder-se-ia dizer que, ao construírem suas cercas de arame, os moradores de Urucuia estão também articulando noções responsáveis por instituir sua própria experiência o que chamamos “urbanização”.

Ter um lote

Urucuia contava, no ano de 2010, com uma população total de 13.604 habitantes (IBGE, 2019); pouco mais da metade residente na zona rural, enquanto o restante na área urbana. Na “roça”, a maioria dos moradores habitava pequenos sítios localizados em comunidades criadas por laços de parentesco, plantando feijão, milho e mandioca, além de manter algum rebanho bovino (PEREIRA, 2011). A produção nas pequenas propriedades era realizada prioritariamente em regime familiar, sendo o pai/marido o responsável por gerenciar e comercializar seus resultados. A terra, passada dos pais para os filhos, possuía em média 10 ha. Na maioria das comunidades, as casas se separavam umas das outras por grandes extensões de pastos ou lavouras. A circulação entre elas exigia caminhadas relativamente longas, realizadas em estradas de chão ou trilhas.

A zona rural de Urucuia também se destacava pela presença de grandes fazendas, muitas das quais dedicadas exclusivamente à criação de gado bovino; algumas com área superior a 50 ha. O regime de moradia, em que

³ “Since it protect, it reassures the people occupying the interior. Enclosing is therefore a political act, because it marks out the boundaries of private property, assists in the effective management of land, and makes social distinctions concrete” (RAZAC, 2002, p. 73).

os proprietários cediam trechos de sua terra para que fossem ocupados por famílias de pequenos trabalhadores rurais, embora hegemônico até os anos 1970 e 1980, perdeu força nas últimas décadas. A maior parte das fazendas era ocupada, entre 2010 e 2014, apenas por caseiros e, às vezes, vaqueiros, responsáveis pela manutenção da propriedade e pelo cuidado com os rebanhos. Os proprietários, em geral, viviam no pequeno centro urbano do município ou em outras cidades maiores relativamente próximas, como Brasília. Na zona rural, o uso de cerceamentos de arame parece ter sido adotado pelas grandes fazendas entre os anos 1950 e 1970. A justificativa dos criadores se baseava na necessidade de se manterem afastados do gado zebuíno os animais da raça curraleira, considerados mais rústicos e de menor qualidade. A cerca, portanto, serviria para evitar cruzamentos indesejados entre animais considerados mais e menos nobres. Hoje, todas as propriedades de Urucuia – dos pequenos lotes às fazendas – contam com, pelo menos, uma cerca de arame farpado.

O distrito Sede, também conhecido como “Manga”, cuja população, em 2010, girava em torno de 5 mil habitantes, era um ponto de referência no município, lugar onde ocorriam as trocas comerciais e a oferta de serviços. Era para lá que os moradores das roças seguiam para fazer compras, ir às missas, cuidar da saúde, ter instrução, enterrar seus mortos, despachar ou negociar produtos da lavoura e da criação. Nos últimos anos, a Sede também se transformou no destino permanente de migrantes provenientes da zona rural. Muitos dos que se mudaram para a cidade ainda mantinham vínculos com a “roça”, deslocando-se para lá com o intuito de visitar parentes, participar de festividades religiosas e/ou cuidar das próprias terras, onde plantavam suas lavouras e se dedicavam à criação de animais. O crescimento da cidade (além, claro, do esvaziamento das roças) era um indicativo para os próprios urucuianos da chegada do “progresso”. Na Sede, a luz elétrica foi instalada ainda nos anos 1980. O hospital municipal, em funcionamento desde os anos 1990, as escolas de ensino fundamental e médio, as ruas calçadas e asfaltadas, o abastecimento de água, o comércio diversificado e os serviços telefônicos, móveis e fixos, eram referências, para os moradores, de rupturas com o “tempo antigo”, com época em que “tudo era sertão”.

Em março de 2013, retornei a Urucuia após quase cinco anos de ausência. Meus objetivos com essa viagem eram reencontrar velhos amigos e conhecidos, levar o resultado mais significativo das minhas pesquisas anteriores no município (um livro) e iniciar uma exploração etnográfica para

um novo projeto, cujo tema girava em torno dos processos de produção, manutenção e eventual dissolução de espaços rurais na região⁴. Como das outras vezes em que permaneci na cidade, hospedei-me na casa de Antônio de Jesus⁵. Pai de seis filhos adultos e avô de inúmeros netos, ele tem quase 75 anos e vive atualmente com sua esposa numa moradia localizada na sede municipal de Urucuia. Simples, mas espaçosa, com um grande quintal cheio de pomares, a casa de Antônio e Maria foi construída por ele com ajuda de alguns de seus filhos homens, quando o casal mudou-se da “roça” para a “rua”, ainda nos anos 1990.

Meus primeiros dias em Urucuia foram dedicados aos intermináveis rituais de reencontro etnográfico: visitas, momentos festivos, trocas de informações e presentes etc. Já na segunda semana em campo, no entanto, percebi que Antônio estava muito preocupado com um lote de terra que comprara meses antes da minha chegada. A apreensão se revelava nas conversas que tinha com amigos e familiares, além dos compromissos que tentava costurar ao longo dos dias em que estive em sua residência. Antônio estava empenhado em construir uma cerca de arame em torno de sua nova propriedade. Sem ela, argumentava, as pessoas podiam pensar que o lote “não tinha dono”.

O terreno estava localizado, de acordo com suas palavras, “na saída da cidade”, na beira da estrada que “vai” da sede de Urucuia em direção à localidade de Santa Cruz, ainda no município. “Coisa de dois, três quilômetros”, informava. Além disso, para localizar com mais precisão o terreno, Antônio e seus filhos faziam referência ao pequeno aeroporto local (que ficava próximo) e ao conjunto habitacional Minha Casa, Minha Vida, que estava sendo construído na região. A expressão “saída da cidade” evocava os limites urbanos assim como eram percebidos e entendidos pelos meus informantes. Para todos os efeitos, a “rua” (sinônimo de espaço urbano) acabava naquele pedaço. Há, de fato, diversas “saídas” em Urucuia. Há a “saída que vai pra Arinos”, “que vai pra São Francisco” e, claro, “que vai pra Santa Cruz”. As referências parecem destacar a ideia de

⁴ Este projeto tem como tema central as categorias e práticas sociais que estruturam os processos de produção, manutenção e destruição dos espaços rurais de Urucuia, MG. Com ele, procurava dar continuidade aos estudos sobre as relações entre memória, patrimônio, espaços e arquitetura que vinha desenvolvendo, desde 2012, junto ao Laboratório de Antropologia da Arquitetura e Espaços, IFCS/UFRJ. De 2013 a 2015, a pesquisa foi realizada no PPGAS do Museu Nacional/UFRJ, onde estive vinculado como bolsista pós-doutor.

⁵ Os nomes citados neste texto são fictícios.

que a “saída” de algum lugar sempre deve levar a outro lugar, geralmente habitado por outras pessoas. Além disso, como o aeroporto e o conjunto habitacional, a “saída” aparece como um verdadeiro marco espacial.

Antônio comprou o terreno de seu lote em 2012. No entanto, desde 2007, pelo menos, demonstrava grande interesse em adquirir um “pedacinho de terra fora da rua”. Antes de se mudarem para a cidade, Antônio e sua esposa, Maria, viviam numa propriedade rural às margens do Ribeirão das Tabocas, distante cerca de três quilômetros da sede municipal. A mudança da “roça” para a “rua”, em 1999, é um marco na vida do casal. Em diversas ocasiões, Antônio me narrou as razões do seu deslocamento. Numa conversa, em 2007, ele me dizia que a mudança foi estimulada pela esposa. Seus filhos já estavam crescidos e casados. Na “roça”, viviam apenas ele e Maria, ambos já idosos. O medo de acidentes e de doenças, potencialmente fatais para dois “velhos”, foi o argumento utilizado pela mulher para convencer o marido. Depois de relutar durante algum tempo, Antônio atendeu aos pedidos da esposa. Os motivos explicitados por Antônio não diferiam muito daqueles apresentados por outros urucuianos que trocaram a vida na roça pela rua nos últimos vinte anos⁶.

Em 2013, no entanto, meu interlocutor me apresentaria outra história. As razões de sua saída das Tabocas estavam relacionadas a uma sequência de desentendimentos com um de seus “vizinhos de cerca”, também primo de sua mulher. Do meu caderno de campo:

Antônio dizia que Simplício era seu “inimigo mortal”; destes que faz uma pessoa atravessar a rua para não cruzar com ela na mesma calçada. Um dos motivos de seus desentendimentos estava relacionado à sequência de aborrecimentos que Antônio teve em relação à cerca que dividia as propriedades dele e de seu vizinho. Um trecho da divisória estava fixado na beira do Ribeirão das Tabocas, o que explicava a fragilidade da construção. “Botava o mourão, vinha a cheia e levava tudo. Tinha que arrumar toda hora”. Simplício, em desacordo com uma regra estabelecida entre vizinhos de propriedade, não se preocupava em consertar a cerca caída. “Eu tinha que arrumar sozinho. Por ele, ficava daquele jeito”. Além dos aborrecimentos associados à reforma da edificação, a queda das cercas também trazia um problema

⁶ “Eu fico a semana toda lá na minha rocinha. Tem uma lavoura pra ficar cuidando. (...) Tem um gadinho também que precisa ficar sempre olhando, né? (...) Às vez fico semana toda lá sem ver a mulher. Ela quase não vai mais lá não. Ela só fica na rua. Não gosta mais de roça, não. Esse negócio de roça pra ela não presta mais não (João Bispo, Urucuia. *Caderno de Campo*: 01/12/2007).

adicional: os animais de Simplício invadiam constantemente as roças de Antônio. “Dicumpoco, ia ver e a vaca do fulano tava pastando no meio do mandiocal”.

Em função da longa e desgastante briga com o vizinho, a mudança de Antônio para a cidade foi no rompante. O período de tempo entre o anúncio público do seu desejo de vender a terra e a venda propriamente dita foi relativamente curto (de três a quatro meses)⁷. Anos depois, o negócio feito às pressas ainda é lamentado por Antônio e por alguns de seus filhos, justificando parcialmente seu desejo de comprar um “pedacinho de terra na roça”. O lamento é explicitado pelo próprio Antônio, fazendo referência ao comportamento de um de seus animais de criação quando da mudança. Segundo meu interlocutor, tão logo chegou à nova casa com a charrete abarrotada de coisas, ele soltou seu cavalo, que prontamente retornou, sozinho, para a antiga propriedade.

Em 2007, uma das filhas de Antônio, policial militar no estado de São Paulo, decidiu ajudá-lo a comprar um “lotezinho”. Durante vários dias, Aline e o pai procuraram um terreno que estivesse à venda. Ambos iniciaram negociação com um fazendeiro local, que havia separado um trecho de sua fazenda para a criação de um loteamento. Os lotes, localizados na beira do rio Urucuia, eram prioritariamente destinados a compradores interessados em ter um lugar para a prática da pesca esportiva e lazer. Para Antônio, no entanto, a terra representava mais do que isso. O lote, dizia, serviria como lugar onde ele pudesse “plantar uma rocinha”. O trabalho agrícola, ainda que mínimo, ocupava um lugar de destaque em suas preocupações⁸.

O negócio com o fazendeiro, no entanto, não foi para a frente. Aline, filha de Antônio, decidiu-se por não comprar o terreno. Segundo ela, a terra era muito distante da cidade e de difícil acesso, mesmo com carro. Antônio, com a saúde debilitada, poderia “sofrer” com o isolamento. As opiniões da filha ecoavam os desejos da mãe, que não queria “voltar”, junto com seu marido, para a roça. Desanimado com o recuo da filha e com as pressões da esposa, Antônio desistiu do negócio.

Em 2012, no entanto, a intenção de comprar o terreno localizado perto da “saída pra Santa Cruz” teve desdobramentos bem diferentes. Antônio

⁷ Antônio ainda acha que a pressa em concretizar o negócio teve como resultado a venda de sua propriedade por um preço abaixo do mercado.

⁸ Muitos habitantes da sede municipal de Urucuia possuem pequenos lotes nas zonas rurais, onde mantêm alguma produção rural.

utilizou-se apenas de suas economias para comprar o lote⁹. Além disso, a justificativa para a compra era outra. Não se tratava apenas de ter um lugar para “plantar uma rocinha”. Antônio argumentava que o preço do terreno estava “bom” e que a tendência era o lote se valorizar ainda mais nos próximos anos. Seu raciocínio estava baseado numa certa percepção comum entre os moradores da sede de Urucuia de que a “cidade está crescendo para os lados do aeroporto”. Os marcos desse crescimento pareciam evidentes: além do próprio aeroporto, havia outros lotes sendo vendidos na área, e o Minha Casa, Minha Vida estava quase pronto.

A percepção também estava relacionada ao modo como os moradores de Urucuia entendem as transformações daquela região. No período de menos de uma geração, a paisagem local, segundo narrativas, deixou de ser predominantemente de cerrado para ser dominada pela presença de “fazendas de gado”. Nos últimos anos, as propriedades rurais foram rareando para dar lugar aos lotes e loteamentos. Do meu caderno de campo:

Benedito e Gaspar falavam do lugar onde está o sítio do seu pai. “Quando a gente era menino, ali era um carrascão grosso”. Por carrascão, eles queriam dizer lugar de mata fechada, onde o gado era solto para se alimentar das plantas do cerrado. No carrascão também havia muito animal “do mato”. Era ali que os meninos e os adultos caçavam. “Aqui tinha muito tatu”, dizia Gaspar. “Onça também, e guará [lobo-guará]”. A mudança da paisagem do local teve início com as carvoeiras, “que comeu os pau tudo”. E, depois, com o plantio de pasto para as fazendas.

O terreno comprado por Antônio era fruto de um loteamento pertencente a dois irmãos. Ambos adquiriram parte de uma antiga fazenda de gado e dividiram-na em cinco lotes de tamanhos iguais (o dinheiro utilizado para a compra foi fruto de herança paterna). A escolha do lugar foi feita tendo em vista algumas vantagens espaciais: ficar ao lado da estrada, estar próximo da rede elétrica, localizar-se em um terreno plano e possuir pouca vegetação nativa.

Antônio ficara sabendo da venda por um de seus conhecidos, em Urucuia. Prontamente, entrou em contado com os donos do loteamento. Avisado de seu interesse, Helvécio, um dos proprietários, foi à sua casa para fechar o negócio. Depois de uma visita ao lote, a venda foi selada por

⁹ O dinheiro de Antônio parece proveniente de sua aposentadoria rural acrescido de trabalhos que ele conseguiu como tocador de viola.

um recibo, sem nenhum valor legal, e pela entrega da planta do lote ao comprador. Segundo Antônio, o preço pago pelo terreno foi de R\$ 4.500,00. Em pouco tempo, no entanto, o lugar se valorizou. Em 2013, o antigo dono dizia que negociava um lote vizinho, do mesmo tamanho, por R\$ 20.000,00. A expectativa de “crescimento” e “urbanização” da área tinha bastante influência na redefinição do valor dos terrenos.

Fazendo a cerca

Antônio mostrava verdadeira obsessão por cercar o terreno de seu lote. Sua maior preocupação era que as pessoas pensassem que o terreno estava “abandonado”. “Daí, vão acabar invadindo”, concluía. Não havia, a rigor, notícias de invasão de lotes ou loteamentos em Urucuia (o receio do proprietário talvez estivesse relacionado aos conflitos dessa natureza que ocorrem em Brasília, destino prioritário dos migrantes do município¹⁰). A despeito disto, as preocupações de Antônio colocavam em jogo a noção de “zelo”: o cuidado permanente com a manutenção de suas próprias coisas; cuidado que precisa ser percebido e entendido pelos outros. O trabalho sobre o terreno, mais do que o “recibo” de compra e venda, era o que parecia legitimar a posse do pedaço de terra. No caso do lote, o “zelo” implicava, num primeiro momento, “cercar” a propriedade.

Uma cerca é um artefato comunicativo. Numa ocasião, quando visitávamos o lote de Antônio, um de seus filhos, que mora em Brasília, ria de uma porteira fechada com um pequeno cadeado numa propriedade da vizinhança. “O povo daqui [de Urucuia]”, ele dizia, “é muito inocente. Esse cadeado não protege nada. Se fosse em Brasília, o pessoal já tinha entrado”. A despeito do riso, a fala do filho de Antônio era significativa. A “inocência” atribuída aos habitantes de Urucuia destacava o valor que eles dão aos significados práticos e simbólicos de uma cerca. Um cercado de arame, efetivamente, não impede que uma pessoa possa entrar ou sair de uma propriedade. Edificado, tem a função principal de evitar que animais selvagens e de criação (gado e cavalos) circulem livremente dentro e entre as terras (ainda assim, como todo criador sabe, com o risco permanente de

¹⁰ Também vale a pena destacar que o proprietário alimentava muitas discordâncias em relação à ação do Movimento dos Sem Terra (MST), cuja estratégia de luta consiste na invasão e ocupação de latifúndios improdutivos. Antônio tinha notícias da ação do MST principalmente pela TV e em conversas com outros moradores de Urucuia. Mesmo não se considerando latifundiário, ele sentia certo temor difuso de uma eventual ação do movimento (que tem algumas bases na região).

ela ser derrubada pelos bichos). No caso de um lote, a presença da cerca estabelece, para os demais seres humanos, o limite visual do terreno, além de indicar o “zelo” do seu proprietário. Trata-se de dizer publicamente, por meio do artefato, que o dono está “de olho” naquilo que é “seu”.

A edificação de uma cerca articula uma série de atividades: acertos pessoais, compra de materiais e trabalho efetivo para a sua produção. A rigor, a construção é uma atividade patrocinada pelo dono do terreno. Com a idade avançada e a saúde debilitada, Antônio não podia fazer a cerca sozinho, embora dissesse saber fazê-la. Assim, para levar adiante seus planos, pedia ajuda aos filhos, ao dono do terreno (Helvécio, que o chamava de “tio”, devido aos laços de proximidade entre Antônio e o pai) e a mim mesmo. Os “tratos”, no entanto, eram difíceis e, muitas vezes, Antônio não conseguia fazer o que queria devido à falta de compromisso dos outros¹¹. Além disso, a edificação do cercado envolveu a participação de um agente especializado, pago em dinheiro: um fazedor de cercas.

Em geral, todo produtor rural conhece as técnicas básicas necessárias à fabricação do artefato. No entanto, muitos deles preferem contar com esse tipo de especialista, já que entendem que ele pode realizar com mais eficácia a tarefa da construção. No caso de Antônio, o “fazedor de cerca” chamava-se José. Filho de “fazedor de cerca”, ele dizia ter aprendido com o pai as artes de seu ofício. Antes de acertar o valor do trabalho, o proprietário levou José para conhecer o terreno. No lugar, com a planta do lote em mãos, o dono mostrava onde a cerca deveria ser levantada. Enquanto ouvia Antônio, José dizia como e com que material pretendia trabalhar. O negócio foi fechado no próprio local. José cobraria R\$ 1,20 por metro de cerca. Os cálculos foram feitos. O hectare da terra de Antônio tinha um perímetro de quase 294 metros. Assim, o custo total pelo trabalho de José seria de R\$ 352,00 (R\$

¹¹ O “trato” é uma espécie de acordo verbal realizado entre duas pessoas (PEREIRA, 2011). Possível desdobramento da noção de “contrato”, o conceito está presente em quase todos os aspectos da vida urucuiana; do mundo econômico à prática religiosa, dos momentos lúdicos às atividades políticas. Quase nenhum empreendimento que exija a presença de duas ou mais pessoas ocorre sem que haja um acerto anterior que garanta o comprometimento entre aqueles que precisam se unir para sua realização. Uma saída a um bar envolve um trato, assim como uma pescaria ou uma caçada em grupo. Muitas vezes, um acordo de serviços na “roça” só pode ser realizado através dele. Um morador procura seu amigo, vizinho, compadre ou parente para solicitar seus préstimos na realização de tarefas de limpeza de terreno, plantio, colheita ou vacinação de gado. Ambos decidem o dia, o lugar e as obrigações de cada um na empreitada. Eles se tornam, assim, congregados em torno de um trato. O contrato estabelecido ali pode ser de qualquer natureza: pode ser uma simples “troca de dia” ou pode ser baseado em trabalho remunerado. Não importa. O acordo atravessa o mundo das relações puramente mercantis para abarcar relações morais e até religiosas. O que está em jogo aqui é o compromisso que um estabeleceu com o outro e a disposição ou capacidade de cada uma das partes em honrá-lo.

1,20 x 294 m). Além de levantar a cerca, o “fazedor” também fabricaria um “colchete” no local de entrada e saída do terreno. Em Urucuia, isso equivale a entregar o cercado “na chave”.

Definido o trato, José iniciou imediatamente o trabalho. A primeira atividade foi a de projetar, no terreno, o lugar da cerca. O lado onde ficaria a entrada correria em paralelo com o pequeno arruado projetado pelos donos dos lotes. Além da passagem de automóveis, a rua imaginada também deveria comportar os postes de iluminação. Estabelecido o lugar de entrada e saída, o construtor, com pequenas varas (chamadas “piquetes”), demarcava os locais onde seriam fixados posteriormente os “mourões” (os cilindros de madeira que sustentam os arames). Os mourões seriam colocados em dois cantos da propriedade (os outros dois eram de uma cerca já edificada do vizinho de Antônio). Entre cada um dos quatro pontos, também foram colocadas varas menores distanciadas cinco metros umas das outras. Em cada um desses locais, seriam afixados os postes menores, também necessários à sustentação dos arames.

Os alinhamentos da cerca eram realizados a partir de marcos naturais ou edificações existentes: uma cerca já levantada por um vizinho e algumas árvores do terreno. Em outros locais, rios, córregos, matas e pastos também podem servir de referência. As medidas da cerca são dadas pelo corpo humano. As distâncias entre os postes eram contadas por “passadas”; o alinhamento estabelecido por “palmos” ou “dedos” (Antônio dizia ao fazedor de cerca: “finca o poste três dedinhos pra cá”). A cerca nascia, então, da interseção de um espaço projetado na planta com o lugar já habitado por seres humanos e não humanos.

O trabalho do fazedor de cercas se desenvolve na medida em que os materiais necessários à construção dos cercados ficam à sua disposição. Idealmente, a matéria-prima é entregue ao fabricante assim que ele é contratado. Do contrário, o próprio fazedor pressiona o dono do terreno, em caso de atrasos. A cerca de Antônio ainda demoraria alguns dias para ficar pronta. Nesse período, ele ficou incumbido de encontrar as madeiras adequadas à fabricação dos mourões (aroeira). Do meu caderno de campo:

Antônio combinou com seu filho Gaspar que ambos saíssem para acertar alguns assuntos referentes ao seu “lote”. O velho queria rodar a cidade até achar alguém de quem ele poderia comprar os mourões e postes de sustentação do cercado. O combinado era que Gaspar viesse à tarde. No entanto, ele não apareceu. Antônio não me disse nada, mas visivelmente chateado resolveu

sair sozinho para procurar o fornecedor dos mourões. Fomos eu e ele à casa de um homem chamado Fernando, que “vende madeira” na cidade. Lá chegando, descobrimos que ele não tinha as peças que Antônio precisava para a fabricação das cercas. Antônio, então, voltou para sua casa e acionou outra alternativa: um fazendeiro da região que costumava ter esse tipo de madeira sobrando em sua propriedade. O dono do lote pegou o telefone e ouviu do fazendeiro que ele poderia consegui-lo depois que desmontasse um cercado de sua fazenda. Antônio pagaria por elas. (...) Três dias depois, o fazendeiro levou os postes até o lote. Depois, passou na casa de Antônio e pegou o dinheiro. (...). No mesmo dia, Antônio comprou o arame do cercamento numa casa de materiais de construção de Urucuia.

Com o material e as ferramentas à disposição, José finalizou a construção da cerca durante parte de um único dia (sua esposa ajudou-lhe no serviço). Primeiro, o fazedor iniciou a montagem dos cantos esticadores (os mourões mais “pesados”), depois seguiu com a fixação dos mourões intermediários e, por último, com o “esticamento” do arame.

Uma cerca, em Urucuia, é feita para “durar”. Por isso, as madeiras devem ser as “mais fortes” e os arames “bem esticados”. No entanto, o dia a dia exposto ao relento, sob chuva e sol, exige a reconstrução permanente do cercado. Além disso, as cercas podem ser derrubadas por enchentes de rios que amolecem a terra, por incêndios que queimam as toras, por animais de criação que teimam em ultrapassá-la e por cupins e carunchos que destroem as madeiras (principalmente as “ruins” e “verdes”). O trabalho de manutenção se faz necessário, sendo uma expressão da noção de “zelo”.

Uma cerca separa propriedades, mas também conecta pessoas. Em diversas ocasiões, o trabalho de manutenção dos cercamentos exige o esforço coordenado dos proprietários de terrenos contíguos. Como frequentemente ocorre em Urucuia, a cerca de um lote se junta à cerca da terra de outro lote vizinho. Nesse caso, os “vizinhos de cerca” compartilham a responsabilidade pela manutenção dos trechos comuns do cercamento. Há certas obrigações envolvidas que vinculam ambos os proprietários. Em alguns casos, um pequeno agricultor pode contar com as benesses de um vizinho grande produtor que assume toda a responsabilidade pela cerca sem pedir contrapartida financeira. O mais comum, no entanto, é que o recém-chegado compre “metade” da cerca do proprietário mais antigo (ele paga a metade do valor gasto na edificação do trecho em comum). Assim, ambos os vizinhos, tornados coproprietários de uma parcela do

cercamento, se responsabilizam pela sua manutenção. Segundo Antônio, foi esse o acordo estabelecido entre ele e o seu novo vizinho de cerca.

Conflitos, claro, podem ocorrer. Como apresentado anteriormente, um dos motivos da mudança de Antônio para a cidade foi a briga que teve com seu vizinho devido seu descaso com o cuidado da cerca que dividia as duas propriedades. Na “roça”, animais que destroem cercados e invadem plantações alheias também são motivos para inúmeras desavenças (PEREIRA, 2015; ANDRIOLLI & PEREIRA, 2016). Na “rua”, querelas surgem quando o desleixo de um vizinho deixa que o mato cresça em sua propriedade, transformando-a em criatório de animais peçonhentos que adentram casas e lotes contíguos: ratos, escorpiões, mosquitos, aranhas e cobras.

Zelar/trabalhar

No final de 2013, voltei a Urucuia para outra viagem de campo. Logo no dia da minha chegada, fui visitar o lote de Antônio junto com seus filhos Benedito e Gaspar. Ambos me informaram que outros terrenos do loteamento já tinham sido vendidos a novos proprietários. Uma área vizinha estava, inclusive, cercada. A expectativa era a de que logo outros moradores chegassem e que a rede elétrica fosse instalada. Devidamente cercado e “limpo”, o terreno de Antônio, em particular, contava com duas pequenas plantações, de mandioca e melancia. Os cuidados com a “rocinha” estavam sob a responsabilidade dos dois filhos do proprietário, que ficavam com boa parte da produção (uma pequena parte era entregue ao pai). Cada um deles, empregados em ramos diferentes da atividade produtiva de Urucuia, um como servidor numa escola municipal, outro pescador artesanal, dedicava apenas um pequeno período de seu tempo nesses esforços.

Antes de plantarem as “rocinhas” de melancia e mandioca, ambos tiveram que lidar com uma “praga de formigas”. Os insetos estavam instalados sob o chão do terreno. O combate foi realizado com veneno injetado nos formigueiros que brotavam da terra. O esforço para acabar com a praga não significava, claro, que todas as formigas fossem dizimadas. O objetivo era apenas “controlar” a quantidade de insetos que habitavam o terreno, o que impedia a rocinha de “vingar”. Tão logo controlada a praga, eles realizaram a limpeza do mato, a aragem e o plantio. De tempos em tempos, precisavam também fazer a limpeza da plantação, com enxadas.

Além das roças, um “barraco” também foi erguido no terreno de Antônio. Seus filhos se responsabilizaram pela construção. O vocábulo “barraco” evoca o caráter provisório da moradia. Em geral, o termo se refere a abrigos que contam apenas com “meio telhado” (“meia água”, na fala dos urucuianos), ao contrário das casas, que sempre deveriam ter um “telhado inteiro”. Um “barraco” ainda não é uma “casa” também, porque se entende que lhe faltam certas coisas fundamentais: caixa de água, luz elétrica, encanamentos, acabamentos das paredes, móveis etc. Num sentido amplo, a moradia provisória é o indício de uma casa em processo de constituição. Dada sua natureza interina e processual, ela se torna igualmente indefesa contra a invasão de certos animais, sobretudo peçonhentos. Do meu caderno de campo:

Benedito dizia que passou uma noite no barraco do pai. Ele, no entanto, não teve boas histórias para me contar. A residência não tem luz elétrica e Benedito teve que se virar com um pequeno lampião e uma lanterna. No meio da noite, percebeu que uma cobra jararaca invadiu o quarto onde estava. Enquanto tentava matá-la, também observou que uma aranha marrom repousava no teto sobre sua cama. Depois de matar a cobra e “não ver mais a aranha”, Benedito decidiu ir embora para a “rua”, “com chuva e tudo”.

Antonádia Borges (2003) escreve que entre moradores do entorno do Distrito Federal a posse de um lote é legitimada menos pelo título “legal” da terra do que por sua “ocupação” como lugar moradia. Em Urucuia, acrescente-se à moradia o trabalho necessário à sua construção e manutenção. Segundo a perspectiva dos habitantes do município, a posse dos terrenos, das benfeitorias e dos animais que habitam o interior de uma propriedade (rural ou urbana) seria o resultado do esforço contínuo (“luta”, “peleja”) de transformação do mundo (PEREIRA, 2015). Não se trata, em absoluto, de um trabalho individual, quantificável pelo tempo. Ainda que seja atividade associada prioritariamente ao homem, o esforço é feito pensando-se em termos coletivos: parentes próximos ou distantes e mesmo amigos estão sempre “ajudando”. Para os filhos, em especial, a “ajuda” implica mais alguma coisa: o trabalho legitima certa noção de posse coletiva, familiar. Além disso, a atividade tem um valor moral, estabelecendo reputações de pessoas e famílias como “trabalhadoras” (WOORTMANN, 1982).

O trabalho, segundo os urucuianos, também vincula pessoas e suas

divindades, estabelecendo os lugares de cada um na ordem do cosmos. As coisas que compõem a vida seriam em si mesmas propriedades originais de deus, oferecidas então como dons e dádivas para o usufruto de toda a humanidade (PEREIRA, 2011; 2015). “Deus dá”, me dizia certa vez um agricultor mineiro, antes de completar: “Mas fica parado sem fazer nada para ver se acontece alguma coisa? A gente tem que ajudar deus!”. Deus e os demais seres celestiais do catolicismo popular urucuiano, por assim dizer, não residiriam na materialidade do mundo; mas, sendo exteriores a ele, seriam os principais responsáveis por sua constituição. O trabalho na e sobre a terra é entendido como o gesto positivo de complementar a dádiva original com o esforço humano, individual e coletivo de transformação das coisas e dos lugares criados por Deus.

O “trabalho”, no entanto, não é uma atividade que termina tão logo as transformações sejam realizadas. As noções de mundo dado e construído, pelo contrário, parecem demarcar movimentos mais do que estabilizar permanentemente os homens e o meio ambiente. A fabricação de lugares e coisas exige um esforço constante. Como entende qualquer morador urucuiano, assim como uma cerca cai por causa da ação do tempo e de insetos, uma terra “abandonada”, pela qual não se “tenha zelo”, pode ser tomada novamente pelo “mato” e pelos “bichos do mato”. Uma casa, que não seja cuidada, poderá ficar infestada de cupins e cair de velha sob a influência das chuvas, dos ventos e do sol. Uma roça “largada” é uma roça “perdida”, assim como animais “soltos” morrem ou podem “sumir no mundo”. A transformação dos lugares e das coisas dadas por Deus tem como contraponto o movimento reverso de sua retransformação, caso abandonados. Habitar, morar, ter, conquistar e manter um “pedaço de chão” são situações existenciais alcançadas apenas por meio do trabalho permanente.

A ideia de que o “trabalho nunca acaba” para quem “vive neste mundo” explica os cercamentos, sua manutenção e o receio que os moradores de Urucuia parecem ter das “invasões”¹². As cercas de arame, certamente, instituem os limites materiais e simbólicos da propriedade, distinguindo o dentro e o fora, os proprietários e os não proprietários. Mas elas assim o fazem justamente porque sinalizam o zelo dos seus donos ao mesmo tempo

¹² “Invasões” não seriam realizadas apenas pelos “matos” ou “bichos do mato” em terrenos e casas pelas quais não se tem zelo, mas também pelos “ricos e poderosos”, que “roubavam” e ainda “roubam” terras e lotes dos “pobres e fracos”, e pelos próprios “pobres”, que, sob certas circunstâncias, podem se “fortalecer” para ocupar loteamentos, sítios e fazendas abandonados por seus donos (“ricos” ou não).

em que são o resultado material desse zelo. Num mundo entendido como em constante transformação, que exige das pessoas esforços permanentes para que sejam estabilizadas coisas que consideramos “nossas”, os cercamentos, ao serem feitos e refeitos, simultaneamente representam e atestam a presença dos proprietários no lugar. A “inocência” dos urucuianos, nos termos de um dos filhos de Antônio, seria uma maneira jocosa de dizer que seus moradores ainda respeitam as cercas e os lotes como extensões das pessoas que as/os construíram.

A roça, o sertão e a rua

Em trabalho anterior (PEREIRA, 2011), argumentei que no município de Urucuia o vocábulo “roça” evoca uma categoria polissêmica, podendo se referir, em contextos diferentes, a lugares, tempos, pessoas e modos de vida sempre pensados em relação à “rua”, de um lado, e ao “sertão”, de outro. Na fala dos moradores, o sertão fica longe, no tempo e no espaço: é o passado da região (“aqui era tudo sertão”) ou o lugar de matas fechadas, onde vivem ainda hoje animais selvagens (a onça, o lobo-guará e outros “bichos-do-mato”) e alguns seres sobrenaturais; e onde já viveram um dia os índios que, para os moradores, são como que homens não civilizados, mais próximos do que distantes do mundo natural. Às vezes, pessoas classificadas como não sociáveis, loucas ou perigosas também podem morar ou se esconder no sertão.

O “sertão”, a rigor, pode ser conquistado pelos homens através do “trabalho”. A derrubada de árvores, a preparação de terras, o plantio e as colheitas, a instalação de carvoarias, entre outras, são as atividades que permitem que ele seja transformado em “roça”, no seu duplo sentido: como território da morada e como espaço de produção (HEREDIA, 1979). Uma moradora me contava como foi construir seu sítio onde antes era “tudo mato”:

Quando cheguei era um cerradão grosso. Tinha onça, cascavel, guará... Eu vinha mais os meninos e dormia tudo dentro desses forno de fazer carvão. Cortei os pau no braço até levantar um rancho ali. Daí, a gente foi ficando. Um dia, as formigas – esses formigão vermelho – pegou na casa toda. Tava eu e os menino... O marido tava trabalhando mais um fazendeiro lá, pra apartar o gado. A gente tudo correu pra fora no meio da noite. E aqui cheio de onça, de guará...

A ocupação do “sertão” não é um empreendimento individual. O esforço necessário à sua transformação em lavoura e lugar de morada é um trabalho coletivo, realizado por famílias. Daí a noção de “roça”, em termos genéricos, abarcar também um outro conceito: a localidade, espaço instituído pelos laços de parentesco, onde as ideias de “vizinho” e “parente” costumam se confundir. Nas Campinas, no Ribeirão das Tabocas ou no Ribeirão de Areia, por exemplo, ainda se pode ouvir de quase todos os moradores o velho lugar comum: “aqui, todo mundo é parente” (PEREIRA, 2011; COMERFORD, 2003). Os vizinhos/parentes não são apenas os herdeiros daqueles que desbravaram os sertões; são também aqueles que, ainda hoje, moram em sítios separados, enquanto trabalham conjuntamente para manter as “roças” (como morada e lavoura) em pé. Se no “sertão” vivem bichos, seres naturais e humanos nem tão humanos assim, é na “roça” que habita o “povo da roça”, reunido pelo trabalho e pelos laços de parentesco.

A “rua” ocupa o lugar diametralmente oposto ao “sertão”, mantendo com ele certa correlação de continuidade. Se a “roça” é construída sobre a mata como uma forma de conquistá-la por meio do trabalho familiar e entre famílias, a “rua” também é resultado de transformações do espaço rural. A passagem da “roça” à “rua” pode ser medida pelo fim da lavoura, do sítio, do pasto, da fazenda, mas, efetivamente, deve ser compreendida pela edificação de novas formas de ocupação. A transformação implica a multiplicação de moradias, que, ao contrário do que se observa no mundo das “localidades”, se tornam aglomeradas em lotes contíguos, onde as pessoas vivem mais próximas umas das outras. A maior proximidade física não é necessariamente acompanhada da proximidade social. Na cidade, nos lotes e loteamentos, o “vizinho” pode não ser mais um “parente”. Em certos casos, pode até ser um “desconhecido”.

A “roça”, com relação ao “sertão” e à “rua”, também expressa uma certa temporalidade. A meio caminho entre um lugar entendido como menos humano (o sertão) e, outro, onde o não humano quase não existe (a cidade), a “roça” é o território onde vive e se reproduz o “povo da roça” (aqueles que compartilham de um mesmo “costume”). Ela é a expressão visível e vivenciada de um território e de um modo de vida herdados dos “antigos”: na terra ancestral, onde se produz com técnicas passadas de geração a geração; nos valores atribuídos à família e ao trabalho coletivo; nas festas religiosas realizadas nas localidades etc. (PEREIRA, 2011; PEREIRA, 2015). A “roça” associada aos “antigos” opõe-se à “rua”, relacionada aos “novos” (jovens): aqueles que, dizem, não se interessam mais pelo trabalho nas

lavouras. No discurso dos moradores, os elementos entendidos como “de agora” em relação àquilo que foi herdado dos antepassados podem ser pensados como tendo origem na cidade: de bens materiais e úteis a valores morais - tais como a luz elétrica e todos os seus derivados (a T.V., geladeiras etc.), as estradas e os carros, a educação formal, a medicina moderna, os comportamentos e gostos musicais, o “forró”.

Os significados dos loteamentos parecem ganhar maior visibilidade quando colocados diante desse quadro classificatório. Não seria nenhum absurdo dizer que o lote de Antônio ocuparia posição conceitual liminar entre a “roça” e a “rua”. No entanto, ao invés de falar em simples liminaridade, talvez fosse mais correto dizer que ele representa a própria potência urbana que se constitui sobre um fundo rural. Entre o “sertão”, local onde os rastros de humanidade são mais imperceptíveis, e a “rua”, onde eles marcam todo o ambiente, a “roça” é onde o “trabalho” humano pode produzir cidades. Com o loteamento, a rigor, a expansão urbana não avança sobre o rural, mas parece ocorrer através dele, por meio de atividades que propõem uma intensa negociação entre elementos que constituem localmente o que se entende como cidade e campo.

No seu *Tristes Trópicos* (2004), Lévi-Strauss trata do surgimento de novos núcleos urbanos na “zona pioneira” formada no Oeste e em direção ao Norte do Brasil, durante as primeiras décadas do século XX. Uma cidade, diz, tal como um poema, ou uma sinfonia, é sempre ao mesmo tempo objeto de natureza e sujeito de cultura, indivíduo e grupo, vivida e sonhada – a coisa humana por excelência. Daí, seu lamento diante de uma urbanidade nascente que, aos poucos, se nega a interagir com os caprichos da região onde será instalada. A respeito de uma dessas cidades pioneiras, “construída sobre um planalto de capim duro e arbustos espinhentos, como se tivesse sido atacado por um flagelo destruidor de toda a fauna e inimigo da vegetação”, Lévi-Strauss dizia:

Nenhuma via férrea, nenhuma estrada para ir até lá, a não ser caminhos que só serviam para carroças. Correspondendo a esse território, um quadrado simbólico de cem quilômetros de lado foi marcado no mapa, sede do Distrito Federal em cujo centro se elevaria a futura capital do país. Como não havia por lá nenhum acidente natural para importunar os arquitetos, estes puderam trabalhar no local como se estivessem trabalhando na planta. Desenharam na terra o traçado da cidade; delimitaram o contorno e, dentro, os diferentes setores: residencial, administrativo, comercial, industrial e o dedicado às diversões (2004, p. 117).

Há, na verdade, diversas maneiras de se produzir cidades (com ou sem arquitetos, com ou sem urbanistas). Realizada sobre paisagem semelhante à descrita por Lévi-Strauss, a expansão urbana de Urucuia, conduzida por gente como Antônio e seus filhos, possui sua própria especificidade. Ao invés da tábula rasa, o trabalho permanente das pessoas no campo, tendo em vista lugares previamente ocupados por outros homens, animais, plantas e coisas. Um loteamento, ao ser feito, cria relações levando em consideração relações estabelecidas, ergue edificações articulando-as às edificações presentes e recria paisagens a partir das paisagens existentes. Diferentemente do que projetam os arquitetos e urbanistas evocados por Lévi-Strauss, o crescimento da cidade de Urucuia, fomentado pelas mãos de alguns de seus habitantes, não acontece sobre um território vazio de coisas, bichos e gentes.

Os construtores urucuianos de urbanidades levam em consideração o que já estava lá; de um jeito ou de outro. A instituição dos lotes, a produção de cercas, a ocupação dos terrenos replicam a mesma lógica de transformação. O loteamento é, ele mesmo, uma fração de uma fazenda ou de algum sítio. As bases de uma nova cerca, por sua vez, são assentadas a partir das árvores do terreno e de cercas já edificadas; às vezes, até as irregularidades do espaço podem ser mobilizadas para se demarcar os limites do cercamento. Um trecho aplainado do terreno destinado à construção de uma rua poderia até ser entendido como uma intervenção mais radical, a despeito do que se encontra no lugar. No entanto, o projeto de arruamento não se faz arbitrariamente. Ele também deve levar em consideração vias existentes. Uma rua em devir pode ser o desdobramento de uma estrada real. Mesmo o mato derrubado e um combate a uma praga de formigas não parecem realizados de modo arbitrário. A “derrubada” e o “combate” não deixam de ser relações, cujos objetivos, aliás, são “controlar”, mais do que “dizimar” plantas e insetos. Num loteamento, mato e formiga são presenças constantes e até toleradas, desde que mantidos, pelo trabalho, em seus devidos lugares.

O esforço de transformação negociada dos espaços tem como resultado paisagens híbridas e parcialmente instáveis. Extensão transformada do “sertão”, ao mesmo tempo em que seu oposto, a “roça”, por exemplo, é um lugar de lavouras e de pastos pontuados por pequenas matas, enquanto o primeiro é lugar de muitas matas com pouca, mas nunca nenhuma, plantação. Da mesma forma, a cidade e o campo. Assim como o “sertão” nunca desaparece totalmente do horizonte da “roça”, já que os animais

selvagens, o mato e mesmo seres sobrenaturais estão sempre por perto, espreitando a falta de zelo dos moradores, a “rua” traz as marcas de sua origem rural. Um lugar feito não faz desaparecer um outro. A lavoura, por exemplo, também existe na “rua”, ainda que em extensão e importância socioeconômica menores. Dentro de lotes cercados, a “roça” se torna “rocinha”, que ocupa posição marginal na divisão dos trabalhos e no sustento familiar.

Poderíamos também perceber correlações semelhantes num sentido inverso. A “roça” carrega as marcas da cidade: terrenos para a realização de pesca esportiva se espalham em diversas direções; antigos “sítios” de produção agrícola se transformam em “sítios de fim de semana”, locais dedicados mais ao lazer do que ao “trabalho”. Os arames utilizados na edificação das cercas têm origens na cidade. O próprio “sertão”, cada vez mais distante no tempo e no espaço, não está alheio ao hibridismo, na forma de “áreas de preservação natural”, pensadas e dirigidas por “gente da cidade”, e de “carvoarias”, tocadas pelo “povo da roça” e por fazendeiros, para servirem à siderurgia em metrópoles distantes. Mais do que separados numa linha contínua, “sertão”, “roça” e “rua” parecem imbrincados uns nos outros, ora hegemонizando, ora sendo hegemонizados, uns pelos outros.

O hibridismo também sustenta a possibilidade lógica de uma reversão. O trabalho de transformação dos lugares se realiza sobre um mundo que nunca é entendido como mera matéria-prima objetificada, impassível diante dos esforços empreendidos pelos seres humanos. O cosmos compreendido e vivido pelos moradores de Urucuia é habitado por seres e coisas que resistem ou podem mesmo reverter o sentido e significado das modificações propostas pelos homens. Em seu estudo sobre “trabalhadores de trecho”, André Dumans Guedes (2013) argumenta que um dos maiores receios dos habitantes da pequena Minaçu, em Goiás, é a “morte” da cidade devido ao encerramento de sua principal atividade econômica: a mineração. Quando percebessem que não poderiam mais fazer a vida no lugar, as pessoas iriam embora. Alguns moradores de Urucuia parecem acreditar em algo semelhante. “Um dia”, me dizia Lucas, jovem urucuiano recém-casado, a Manga pode “acabar”, com a morte dos velhos e a migração dos mais novos para outros lugares, em busca de “serviço”. “A prefeitura tem que trazer mais firma [fábrica]”, completava. É “pra gente [ter onde] trabalhar... Senão

acaba, mesmo". A cidade que "acaba" não "desaparece" simplesmente; ela se torna outra coisa, um "deserto", um vazio de gente e de trabalho. Retomada pelos bichos e pelo mato, a "rua" morta se retransformaria de novo em "sertão", o lugar onde tudo começou.

Referências

- ANDRIOLLI, Carmen Silva.
(2012). *Sob as vestes de Sertão Veredas, o Gerais*. 'Mexer com criação' no Sertão do IBAMA. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp (tese de doutorado).
- ANDRIOLLI, Carmen Silvia & PEREIRA, Luzimar Paulo.
(2016). Os dilemas da criação: as ambiguidades dos relacionamentos entre humanos e não humanos em dois municípios mineiros. *Teoria e Cultura*, vol. 11, n. 2, p. 93-106.
- BORGES, Antonádia.
(2003). *Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos da política*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues.
(1999). *O Afeto da Terra: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis*. Campinas, Editora da Unicamp.
- CARNEIRO, Maria José.
(1998). *Camponeses, Agricultores e Pluriatividade*. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria.
- COMERFORD, John Cunha.
(2003). *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- DAMASCENO, Janaína; PEREIRA DA SILVA, Isabela; FAZZIONI, Natália; ADERALDO, Guilherme; FRÍGOLI JR., Heitor.
(2012). As cidades da antropologia: Entrevista com Michel Agier. *Revista de Antropologia*, vol. 53, n. 2, p. 811-842.
- De CERTEAU, Michel.
(1998). *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. Petrópolis: Vozes.
- GUEDES, André Dumans.
(2013). *O trecho, as mães e os papéis: etnografia de movimentos e durações no norte de Goiás*. São Paulo: Garamond.
- HEREDIA, Beatriz.
(1979). *A Morada da Vida*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
(2019) *IBGE – Cidades*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em 03 de julho de 2019.
- KRELL, Alan.
(2002). *The Devil's Hope: a Cultural History of Barbed Wire*. London, Reaktion Books.
- LATOUR, Bruno.
(1991). *Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro, Ed. 34.
- LEAL, Natacha.
(2014). *Nomes aos bois: zebu e zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite*. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, USP (tese de doutorado).
- LÉVI-STRAUSS, Claude.
(2004). *Tristes Trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras.
- NETZ, Reviel.
(2004). *Barbed Wire: an ecology of modernity*. Middletown, Connecticut, Wesleyan University Press.

PEREIRA, Luzimar Paulo.

(2011). *Os giros do sagrado: um estudo etnográfico sobre as folias em Urucuia, MG*. Rio de Janeiro, 7Letras.

PEREIRA, Luzimar Paulo.

(2015). O movimento dos bichos: notas etnográficas sobre animais, seres humanos e espaços em Urucuia, MG". *Ruris*, Volume 9, n. 1, pp. 63-84.

RAZAC, Olivier.

(2002). *Barbed Wire: a political history*. New York, New Press.

RIBEIRO, Eduardo M.

(1998). Vaqueiros, bois e boiadas – trabalho, negócio e cultura na pecuária do nordeste mineiro. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 10, pp. 135-164.

WOORTMANN, Ellen F.

(1981). *Sitiantes e Roceiros*. Departamento de Antropologia, UnB (dissertação de Mestrado).

WOORTMANN, Klass.

(1982). Com parente não se negoceia: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*/80. Fortaleza/Rio de Janeiro, Edições UFC/Tempo Brasileiro.

Recebido em

janeiro de 2019

Aprovado em

junho de 2019